

Adriana Alves de Paula Martins

*Universidade Católica Portuguesa, Viseu*

## Entre o poder da palavra e a palavra do poder: A importância da imprensa na ficção histórica pós-moderna\*

*True history (...) is the final fiction.*

Vidal, *Empire*

### I

O meu interesse pela importância que a ficção histórica pós-moderna concede à imprensa advém da relevância que Anderson (1996: 24-25) concede às implicações da rápida circulação dos periódicos na configuração da comunidade imaginada da nação. Segundo Anderson, o facto de diversos leitores lerem simultaneamente as mesmas notícias, ultrapassando os obstáculos impostos pela distância geográfica, cria um laço cultural de afinidade que apaga diferenças de ordem social, cultural, política e económica, aspecto que ilustra o poder da palavra da imprensa. Bhabha (2000: 145), por sua vez, chama a atenção para a eficácia política deste apagamento, o que me leva a indagar sobre o alcance da palavra do poder. Aquilo que mais me fascina em todo este processo é observar que o laço de unidade criado resulta de um acto que, antes de mais, é ficcional e também ideológico, já que, como lembra o já citado Anderson (1996: 33), a selecção e a disposição das notícias a veicular não derivam do mero capricho dos editores, o que traz obrigatoriamente à discussão o tema da (im)possibilidade de representação da totalidade do mundo empírico. Nesse sentido, é pertinente reconhecer nos jornais um instrumento político-ideológico, através do qual é possível escrever a nação, ou seja, construir um sentido de identidade para a nação, o que me conduz à problematização de diferentes abordagens do papel da imprensa em dois romances: *O Ano da Morte de Ricardo Reis* de José Saramago e *Empire* de Gore Vidal. O meu objectivo é mostrar como a tematização da elaboração e/ ou da recepção dos textos jornalísticos está estreitamente ligada ao processo de modelização ficcional de algumas personagens

---

\* Este trabalho foi apresentado no XXIII Congresso da APEAA (Associação Portuguesa de Estudos Anglo-Americanos), em Abril de 2002, na Universidade de Coimbra.

(historicamente atestadas ou não), relevando desta modelização a revisão da representação pública da memória da nação no que diz, respectivamente, respeito à afirmação do Estado Novo em Portugal e à transformação dos Estados Unidos numa república imperial.<sup>1</sup>

## II

Antes de começar a discutir a relevância da imprensa nos dois romances seleccionados como *corpus*, torna-se oportuno deixar claro que os projectos literários de Saramago e de Vidal são bem distintos em termos de orientação, sobretudo, no que diz respeito ao ciclo dos seus romances que problematizam a representação do passado nacional. Nos romances saramaguianos, é a consciência ideológica do intelectual de esquerda em relação à oposição entre as classes sociais, que preferencialmente informa o movimento de revisitação do passado e a reconfiguração da memória da nação. No caso da obra vidaliana, o interesse pela revisão da historiografia das grandes personalidades norteia a génese dos sete romances que compõem a série da *American Chronicle*.<sup>2</sup> Apesar desta diferença significativa, *O Ano da Morte de Ricardo Reis* e *Empire* convergem na reflexão que promovem sobre os efeitos pragmáticos da ficcionalidade da representação que a imprensa faz do mundo empírico, nomeadamente no que diz respeito à mitificação de certas figuras públicas de relevo. Refiro-me, mais especificamente, aos casos de Salazar no romance de Saramago e de William Hearst e de Theodore Roosevelt no romance de Vidal. O que me interessa observar é o processo de modelização ficcional a que estas personalidades estão sujeitas, já que dele releva a manipulação abusiva da transformação dos eventos em factos (Hutcheon, 1995), o que tem evidentes repercussões na construção da memória da nação.

Começo pela modelização ficcional de Salazar, já que ela está directamente relacionada com a leitura que Ricardo Reis, heterónimo de Pessoa, entretanto convertido em personagem romanesca, faz dos periódicos publicados em fins de 1935 e no decorrer de 1936. Como o que está aqui em jogo é o processo de leitura, e, consequentemente, o fenómeno da recepção, necessário é considerar, mesmo que de forma breve, a importância de Ricardo Reis na economia da narrativa, já que ele é o protagonista que apreende e filtra a realidade de meados da década de trinta do século XX.

O Ricardo Reis saramaguiano é uma personagem que busca a sua própria identidade não só porque retorna a Portugal após muitos anos de ausência no Brasil (Reis queria conhecer o país que reencontrava), mas, sobretudo, porque não consegue se desprender da condição de ser o heterónimo de Pessoa, que afirmava que sábio era o que se contentava com o espectáculo do mundo. Reis converte-se, assim, num espectador privilegiado da “realidade” de 1936, debatendo-se entre a contemplação e a necessidade de intervenção num mundo com o qual não conseguia se identificar. No entanto, torna-se também necessário prestar atenção a outras personagens, já que a credulidade em relação ao que era veiculado pelos periódicos é posta em xeque pelos diálogos que Reis entabula com o fantasma de Fernando Pessoa e com Lídia, criada do Hotel Bra-

<sup>1</sup> Peço emprestada a expressão “república imperial” a Vidal (1993: 726).

<sup>2</sup> A série da *American Chronicle* é composta pelos seguintes romances que são indicados segundo a sua ordem de publicação: *Washington D.C.* (1967); *Burr* (1973); *1876* (1976); *Lincoln* (1984); *Empire* (1987); *Hollywood* (1990); *The Golden Age* (2000).

gança, com quem Reis inicia uma relação sentimental. Pessoa é o intelectual que, com a morte, perdeu a capacidade de intervenção no mundo, o que não o impede de ser um espectador especial, já que detém o conhecimento da esfera da vida e da morte, pelo que as suas opiniões assumem extrema importância no romance, sobretudo, no que aos jornais diz respeito. Lídia é a mulher do povo, sem instrução, que sente na carne as dificuldades do quotidiano da sociedade portuguesa e cujo irmão está envolvido com actividades que visam derrubar o governo salazarista, pelo que ela manifesta uma posição céptica em relação às informações veiculadas pelos jornais. Os comentários de Pessoa e Lídia assumem especial importância quando o potencial leitor do romance saramaguiano constata que a imprensa veiculava apenas o que interessava ao regime político vigente, funcionando os jornais como um dos instrumentos privilegiados da máquina de propaganda do salazarismo.

Para além de Pessoa e Lídia, destaca-se o narrador do romance, que acompanha Reis por todo o lado, observando e comentando as suas reacções na aprendizagem que o heterónimo faz da realidade portuguesa. Lanço justamente mão dos comentários do narrador para ilustrar a operacionalidade da incorporação das notícias dos periódicos no tecido do romance no processo de desconstrução da figura mitificada de Salazar. No excerto que se segue interessam-me dois aspectos: (i) a maneira engenhosa através da qual Saramago faz com que a voz crítica do narrador sobre as fragilidades do que era veiculado pela imprensa sobressaia; e (ii) a formulação discursiva do narrador que não refere os títulos dos jornais, como quem insinua a credibilidade duvidosa do que era veiculado:

Diz-se, dizem-nos os jornais, quer por sua própria convicção, sem recado mandado, quer porque alguém lhes guiou a mão, se não foi suficiente sugerir e insinuar, escrevem os jornais, em estilo de tetralogia, que, sobre a derrocada dos grandes Estados, o português, o nosso, afirmará a sua extraordinária força e a inteligência reflectida dos homens que o dirigem. Virão a cair, portanto, e a palavra derrocada lá está a mostrar como e com que apocalíptico estrondo, essas hoje presunçosas nações que arrotam de poderosas, grande é o engano em que vivem, pois não tardará muito o dia, fasto sobre todos nos anais desta sobre todas pátria, em que os homens de Estado de além-fronteiras virão às lusas terras pedir opinião, ajuda, ilustração, mão de caridade, azeite para a candeia, aqui, aos fortíssimos homens portugueses, que portugueses governam, quais são eles, a partir do próximo ministério que já nos gabinetes se prepara, à cabeça maximamente Oliveira Salazar, presidente do Conselho e ministro das Finanças, depois, a respeitosa distância e pela ordem dos retratos que os mesmos jornais hão de publicar, o Monteiro dos Negócios Estrangeiros, o Pereira do Comércio, o Machado das Colónias, o Abranches das Obras Públicas, o Bettencourt da Marinha, o Pacheco da Instrução, (...). Dizem também os jornais, de cá, que uma grande parte do país tem colhido os melhores e mais abundantes frutos de uma administração e ordem pública modelares, e se tal declaração for tomada como vitupério, uma vez que se trata de elogio em boca própria, leia-se aquele jornal de Genebra, Suíça, que longamente discorre, e em francês, o que maior autoridade lhe confere, sobre o ditador de Portugal, já sobredito, chamando-nos de afortunadíssimos por termos no poder um sábio. Tem toda a razão o autor do artigo, a quem do coração agradecemos, mas considere, por favor, que não é Pacheco menos sábio se amanhã disser, como dirá, que se deve dar à instrução primária elementar o que lhe pertence e mais nada, sem pruridos de sabedoria excessiva, a qual, por aparecer antes de tempo, para nada serve, e também que muito pior que a treva do analfabetismo num coração puro é a instrução materialista e pagã asfíxiadora das melhores intenções, posto o que, reforça Pacheco e conclui,

Salazar é o maior educador do nosso século, se não é atrevimento e temeridade afirmá-lo já, quando do século só vai vencido um terço. (Saramago, 1986: 85-86)

É muito subtil a passagem que o narrador faz do comentário das notícias dos jornais ao anúncio antecipado de uma das políticas educacionais do governo salazarista. Domina o excerto um tom nacionalista exacerbado que é marcado por expressões como “anais desta sobre todas pátria”, “fortíssimos homens portugueses”, “melhores e mais abundantes frutos de uma administração e ordem pública modelares”. Tom superlativo que é ironicamente desmontado quando se instala a dúvida em face de um auto-elogio feito pelos jornais portugueses (“e se tal declaração for tomada com vitupério, uma vez que se trata de elogio em boca própria”), o que leva o narrador, algo sarcasticamente, a invocar a palavra da imprensa estrangeira (como se esta fosse mais credível) sobre “o ditador de Portugal”, caracterizado como um “sábio”. A referência a Salazar indica que o alvo preferencial do narrador é a figura do ditador (e não tanto o seu governo), o que é confirmado quando o narrador lança mão de um dos membros do governo – o responsável pela pasta da Instrução – para desconstruir a caracterização do Presidente do Conselho como um modelo de sabedoria. O narrador, na verdade, insinua a sabedoria dos detentores do poder em manter o povo na ignorância, o que fica patente pela ironia contida na afirmação de que “Salazar é o maior educador do nosso século”, quando é sabido que, no dealbar do novo milénio, ainda se fazem notar os efeitos dos significativos índices de iliteracia que derivam do facto de, durante cerca de cinco décadas, ter sido incentivada apenas a instrução primária em Portugal.

O ceticismo quanto à credibilidade do discurso da imprensa em relação à representação de Salazar enquanto figura pública é, dentre outros exemplos, reiterado quando Reis indaga Pessoa sobre quem era Salazar. Chamo especial atenção, no excerto seguinte, para a forma como Pessoa responde ao Reis saramaguiano, já que Saramago, na caracterização que Pessoa faz do ditador, tira partido das qualidades que lhe eram atribuídas pelo discurso oficial, para, logo a seguir, explicitar o desalento do poeta perante a manipulação da imprensa pela propaganda política no estímulo ao culto da personalidade:

Diga-me, Fernando, quem é, que é este Salazar que nos calhou em sorte, É o ditador português, o protector, o pai, o professor, o poder manso, um quarto de sacristão, um quarto de sibila, um quarto de Sebastião, um quarto de Sidónio, o mais apropriado possível aos nossos hábitos e índole, (...), quem diz muito bem dele é a imprensa estrangeira, Ora, são artigos encomendados pela propaganda, pagos com o dinheiro do contribuinte, lembro-me de ouvir dizer, Mas olhe que a imprensa de cá também se derrete em louvações, pega-se num jornal e fica-se logo a saber que este povo português é o mais próspero e feliz da terra, ou está para muito breve, e que as outras nações só terão a ganhar se aprenderem connosco, O vento sopra desse lado, Pelo que lhe estou a ouvir, você não acredita muito nos jornais, Costumava lê-los, Diz essas palavras num tom que me parece de resignação, Não, é apenas o que fica de um longo cansaço, (...). (idem, 278-279)

Se, em *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, a problematização ideológica da condição de artefacto da representação do real, levada a cabo pelo discurso jornalístico, é garantida por um engenhoso exercício de glosa que consiste na incorporação e encaixe das notícias dos periódicos nacionais e estrangeiros no tecido do romance e do posterior comentário sobre os mesmos, em função da leitura feita pelo Ricardo Reis romanesco, em *Empire*, Vidal discute as potencialidades da imprensa na invenção dos Estados Uni-

dos como uma potência imperialista. O ponto de partida do romancista americano é a ambiguidade da historiografia oficial em relação à explosão do navio *Maine*, em Cuba, que desencadeou a guerra dos Estados Unidos contra a Espanha, não havendo, como no romance saramaguiano, a aposta recorrente na incorporação do elemento paralitérico no texto ficcional. Insisto na explosão do referido navio, já que o romance levanta a questão do envolvimento de William Randolph Hearst, magnata da imprensa sensacionalista, na criação e divulgação da notícia que, ao atribuir aos espanhóis a culpa da explosão, despoletou uma acesa reacção no público leitor dos periódicos, o que veio garantir o suporte popular no conflito com a Espanha. O interesse da guerra com a Espanha, na economia da narrativa, releva não só do facto de ela ter estado na génese da formação do império americano (cuja política ideológica vai sendo desvelada ao longo do romance), como também de ter transformado Theodore Roosevelt num dos heróis do conflito, o que veio a ser decisivo na sua ascensão política rumo à Casa Branca.

Dois aspectos são cruciais na escolha que Vidal faz da explosão do *Maine*. Em primeiro lugar, a atenção conferida ao poder do *yellow journalism* e a caracterização de Hearst como uma espécie de demiurgo capaz de mudar os destinos da nação, tendo em conta a manipulação das notícias. Em segundo lugar, a discussão sobre as potencialidades da imprensa na criação da comunidade imaginada do império, o que me remete, mais uma vez, para a postulação teórica de Anderson. O que considero, no entanto, mais engenhoso, em *Empire*, é a sugestão do Hearst romanesco de que Roosevelt, um dos grandes ícones da fase inicial de afirmação do imperialismo norte-americano, foi uma invenção sua, o que, por sua vez, levanta uma discussão cara a Vidal e que está relacionada com a invenção dos Presidentes da República.<sup>3</sup>

Para compor o retrato ficcional de Roosevelt, Vidal lança mão do carácter beligerante, intrépido e energético, que fez com que o político passasse às páginas da história como um herói. Até aí, não há novidade nenhuma. A originalidade vidaliana ocorre quando o romancista aborda preferencialmente a emergência do império em função da rivalidade pessoal entre Hearst e Roosevelt, sugerindo que a imagem que este último foi modelando e projectando de si, na sequência da “criação” da guerra contra a Espanha em 1898, e ao longo do seu percurso político, correspondia às qualidades fundamentais que o líder de um império em construção deveria possuir: coragem, pragmatismo e capacidade de comando. Estas qualidades, no entanto, têm a sua importância consideravelmente minimizada quando Vidal compromete a imagem idealizada de Roosevelt ao cotejá-la, de entre outros exemplos que poderiam ser aqui mencionados, com a opinião crítica de Henry James que via em Roosevelt um representante do jingoísmo num país que ele considerava como uma “newspapered democracy” (Vidal, 1988: 23) e com a afirmação de Del Hay de que “governments are run in response to the news” (*idem*, 24). Estas opiniões vêm realçar o poder de homens como Hearst e, por extensão, a sugestão de que o protagonismo histórico de Roosevelt se deveu, em grande parte, à imprensa.

Releva da proposta vidaliana de releitura e reconfiguração simbólica da representação da memória pública no início da empresa colonial americana o papel da imprensa na formação de um sentido de identidade para a nação, o que me faz recordar um dos

---

<sup>3</sup> A este propósito, ver o texto que Vidal publicou no *New York Times*, em 1999, sobre a biografia controversa que Edmund Morris estava a escrever sobre Ronald Reagan.

comentários não ficcionais do escritor que, num dos seus ensaios, caracterizou a nação como uma “agreed-upon nation” (Vidal, 1993: 1045-1047). O imaginário da nação no período retratado no romance era, na sua essência, beligerante, insinuando Vidal que o sentido de identidade da nação foi acordado porque foi construído social e politicamente pela imprensa e por todos aqueles que souberam tirar partido das notícias inventadas para basear a política de expansão americana na ideia de que era preciso intervir em diferentes regiões da América Latina e da Ásia a fim de pretensamente garantir a paz. A este propósito, selecciono o passo seguinte, no qual são sublinhados (i) o poder de Hearst em manipular a opinião pública por ocasião do conflito com os espanhóis; e (ii) a capacidade de Roosevelt em projectar a sua imagem junto ao público, o que acabou por obrigar o magnata da imprensa a auxiliar Roosevelt na promoção da sua heroicidade a fim de fomentar nos seus leitores um espírito beligerante:

The Chief's dispatches [Hearst's] from the front, including his personal capture of twenty-nine Spanish sailors, had caused great distress to Mr. Pulitzer at the *World*. The Chief was also obliged to play up Colonel Roosevelt's derring-do; and he did so conscientiously but without relish. Instinctively, the dashing politician knew almost as much about publicity as the Chief himself. Certainly, from the Chief's occasional remarks about the Colonel, it was plain to Blaise that each had seen the war as *his* war and that each had wanted to capitalize politically on the subsequent victory, not to mention imperium. (Vidal, 1988: 51. O itálico é de Vidal)

Se Vidal chama a atenção para a relação entre o carácter inventado de Roosevelt e a emergência do império, é através da modelização de Hearst que Vidal refina a discussão sobre a ficcionalidade da imprensa e as suas implicações ideológicas. Tal se deve ao facto de Vidal indagar sobre as fragilidades do todo poderoso Hearst, quando este passa de inventor de mundos à condição de ser, de alguma forma, inventado por si mesmo, movido pelo desejo de chegar à Presidência da República. Trata-se, mais especificamente, da dificuldade que Hearst tinha de lidar com o real empírico, já que vivia num mundo que era criado por si, onde tudo era possível desde que ele assim o desejasse. A eventual coincidência entre o real empírico e a criação hearstiana assustava o próprio jornalista, como se, de algum modo, o controlo dos acontecimentos lhe escapasse das mãos. O que Vidal engenhosamente insinua é que se, por um lado, Hearst tem a capacidade de transformar um desejo que é individual (posto que seu) num desejo colectivo através dos seus jornais, por outro, a sua própria transformação em objecto do desejo (individual e, posteriormente, colectivo) pode implicar uma falta de referência em relação ao que efectivamente acontece e àquilo que é criado. Tentando ser mais explícita, o que Vidal sugere é que Hearst, enquanto criador de mundos, sempre teve consciência daquilo e daqueles que eram efectivamente criados por si; consciência que poderia deixar de existir caso o magnata se deixasse transformar num dos seus próprios objectos de criação. O perigo estava em perder-se por completo a noção do que era criação/ manipulação e o que, de facto, ocorria, ou seja, o perigo de haver uma naturalização total do que era ficcional. A fim de ilustrar o meu ponto de vista, considere-se o passo abaixo, que versa sobre o facto de Hearst ser real:

He [Blaise] saw the Chief as someone rather greater than a mere president, who did things that were news only if Hearst himself were to decide whether or not those acts were to be recorded, or reinvented or ignored. Hearst was something new and strange and potent;

and Blaise gave Caroline full credit for having perceived this novelty before anyone else that he knew. Now Hearst, the creator, was trying to create himself. It was as if a mirror, instead of reflecting an image, were to project one out of itself. Hearst could alter, in any fashion, what was there, but what was there must first be there before he could perform his curious magic. Could a distorting glass reflect itself when nothing at all was placed before it? Was Hearst real? That was the question. (*idem*, 333)

A rivalidade entre Hearst e Roosevelt atinge o seu ponto alto quando os dois políticos se defrontam na Casa Branca nas últimas páginas do romance, tentando cada um deles associar a sua figura à do pai do império como se eles pudessem ser encarados como uma espécie de novos pais fundadores. Tendo em conta, no âmbito deste trabalho, as relações de cumplicidade entre o poder da palavra e a palavra do poder, chamo a atenção para as palavras do Hearst romanesco que afirma que ele era, em 1898, a propósito dos acontecimentos em Cuba, a história, ou, pelo menos, o criador do registo da história, afirmação que atinge uma dimensão assustadora quando o mesmo Hearst defende que a verdadeira história é a ficção final.

### III

Parto das últimas palavras da personagem vidaliana sobre a ficcionalidade da história para retomar e concluir a reflexão sobre a configuração da ideia de nação que informou tanto a consolidação do Estado Novo em Portugal quanto a transformação dos Estados Unidos numa república imperial. Isto porque o exame do papel da imprensa em ambos os romances estudados, apesar da diferença que informa os projectos literários de Saramago e de Vidal, revela o efeito devastador do poder da palavra na disseminação da palavra do poder, no que diz particularmente respeito à caracterização de personalidades históricas, o que tem óbvias consequências na formação do espírito patriótico português e norte-americano. O que os romances enfatizam, na verdade, é o carácter fingido da imagem que o homem comum foi levado a construir de si, bem como dos heróis que a historiografia oficial ajudou a mitificar com base no valor documental atribuído à informação veiculada pela imprensa. Mais do que isso, releva dos dois romances a necessidade urgente que a ficção histórica pós-moderna tem de rever e de questionar diferentes representações do passado a fim de desvelar os usos e os abusos da memória na construção de um sentido de identidade para a nação, que se deseja minimamente justo e crítico.

**BIBLIOGRAFIA**

- ANDERSON, Benedict (1996), *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, London, Verso.
- BHABHA, Homi (2000), "Dissemination: Time, Narrative and the Margins of the Modern Nation", *The Location of Culture*, London, Routledge, pp. 139-170.
- HUTCHEON, Linda (1995), *A Poetics of Postmodernism: History, Fiction, Theory*, New York, Routledge.
- SARAMAGO, José (1986), *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, Lisboa, Ed. Caminho [1984].
- VIDAL, Gore (1988), *Empire*, New York, Ballantine Books [1987].
- \_\_\_\_ (1981), "Theodore Roosevelt: An American Sissy", in Gore Vidal (1993), *United States: Essays 1952-1992*, New York, Random House, pp. 723-737.
- \_\_\_\_ (1991), "Patriotism", in Gore Vidal (1993), *United States: Essays 1952-1992*, New York, Random House, pp. 1045-1047.
- \_\_\_\_ (1993), *United States: Essays 1952-1992*, New York, Random House.
- \_\_\_\_ (1999), "A Biographer Writes Himself Into the Picture", *The New York Times* 26 September, p. 17.